



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia dezessete de março de dois mil e quinze, às dezoito horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Geraldo Guedes – Presidente, Maria Ângela Dias Lima Pereira – Vice-Presidente e Nélio Aurélio de Souza – Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a ausência justificada do vereador Gilson Antônio Marques. Sob a proteção de Deus, o Senhor Presidente abriu os trabalhos e convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, comunicou que a Ata da Reunião Ordinária do dia três de março de dois mil e quinze foi encaminhada aos gabinetes para os vereadores conferirem-na. Colocou-a em discussão; nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou a Ata. O Senhor Secretário proferiu leitura da correspondência recebida: Ofício 88/15 do vereador Gilson Antônio Marques. Informa que devido a uma inflamação nos pés, se encontra impossibilitado de comparecer à reunião de hoje, dia 17 de março de 2015. Ratifica o compromisso de apresentar o atestado médico desta data. O Senhor Presidente: “gostaria de justificar. O vereador Flávio teve um problema particular e não pôde comparecer a esta sessão”. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.505/2015, que “Declara de Utilidade Pública a entidade que menciona e contém outras providências” – Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Nova Lima. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário: “tem uma assinatura do



vereador Flávio de Almeida, faltam duas assinaturas do vereador Fausto Niquini e Alessandro Luiz Bonifácio”. O Senhor Presidente: “pediria aos vereadores para assinarem”. 2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.506/2015, que “Dispõe sobre a proibição do tráfego de caminhões e veículos pesados durante o “horário de pico” em Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. O Senhor Secretário: “está assinado pelo Relato Leci Alves Campos, faltam duas assinaturas de Alessandro Luiz Bonifácio e Flávio de Almeida”. 3) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.508/2015, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade de avaliação oftalmológica para os alunos da rede municipal de ensino”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. O Senhor Secretário: “Vice que não assinou, André Vieira, se quiser assinar”. 4) Parecer da Comissão de Legislação e Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.509/2015, “Fica o Poder Executivo autorizado a criar o serviço de salvamento e resgate móvel de urgência a ser realizado por Bombeiros Civis em parceria com a Guarda Civil Municipal de Nova Lima”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, Questão de Ordem. Antes de a gente passar para a segunda parte dessa reunião que é a votação de projetos, eu gostaria de cumprimentar a Presidência da Casa e a sua assessoria pela elaboração da pauta em tempo hábil conforme a gente sugeriu na última reunião, apesar de o vereador Leci Alves Campos dizer que isso está previsto no nosso Regimento, a



apresentação da pauta com quarenta e oito horas. Mas eu acho que foi importante porque nós recebemos na sexta-feira, foi por e-mail na sexta-feira, então nós tivemos oportunidade de, no final de semana e na segunda-feira, poder trabalhar em cima da pauta. Mas, Senhor Presidente, me causou surpresa o Senhor não ter colocado em pauta o projeto de lei enviado pelo Executivo no dia vinte e dois de janeiro de 2015. Então, domingo, nós vamos fazer sessenta dias que esse projeto está na Casa, é o Projeto de Lei, Mensagem 03/2015, que trata da regulamentação da situação das edificações do município de Nova Lima. Eu já conversei como Senhor fora da reunião. Na última reunião eu pedi para o Senhor, durante a semana, analisar a possibilidade de a gente entrar com esse projeto e, mais uma vez, eu vejo que o projeto não está na pauta da Casa. Então, isso me causou, realmente, surpresa. Surpresa porque trata de um projeto de grande alcance social. Eu posso entender que o Senhor, na análise do Senhor, o Senhor acha que esse projeto tem que sofrer algumas modificações, tem que sofrer emendas, sejam elas supressivas, sejam elas aditivas. Eu quero entender isso do Senhor. Mas eu acho que esta Casa é um colegiado. Então, esse projeto tem que ser discutido com os vereadores. E para ele ser discutido com os vereadores, ele tem que ser colocado em pauta ou o Senhor nos chamar para uma reunião. Eu hoje, enquanto vice-presidente, o Senhor não me dá muita atenção não, o Senhor me ignora como vice-presidente dessa Casa. Mas tudo bem, é um direito do Senhor. É um direito, direito de o Senhor dirigir a Casa apenas pela Presidência, apenas pela Presidência. Direito, direito. Eu entendo perfeitamente, mas como vereador, não. Como vereador, eu acho que a gente tem é que discutir o projeto. É Projeto de alcance social. Se não está bem feito, se tem algum



defeito, se precisa sofrer alguma alteração, se precisa devolver para o Executivo, que nós façamos isso, mas nós não podemos prejudicar a população que está aí, sedenta por esse projeto, de aprovação desse projeto. Então, Senhor Presidente, eu realmente lamento profundamente que mais uma semana nós vamos passar sem ter colocado esse projeto do Executivo em votação. E eu vou pedir mais uma vez para o Senhor, dê uma analisada durante a semana, nos chame para uma reunião, se o Senhor achar necessário. Eu não sei, de repente o Senhor não quer discutir com a gente, com os vereadores, mas o Senhor pode estar discutindo com os assessores do Senhor, não é? Igual Dilma faz. Dilma tem o núcleo duro dela lá. Ela discute é com o núcleo duro dela lá, não é? Então, eu não sei. Eu não sei o que é que nós podemos fazer para a gente dar andamento nesse projeto. Esse projeto precisa caminhar na Casa, precisa caminhar na Casa. Vai ser muito importante para a comunidade de Nova Lima. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente passou a Presidência à Vice. O vereador José Guedes: “eu quero dizer, primeiramente, que eu nunca ignorei nenhum vereador nesta Casa. Segundo, que esse projeto é um projeto antigo e polêmico e que ele está com o nosso corpo técnico e jurídico da Câmara, e tem falhas gritantes. Vou dar só dois exemplos: que os puxadinhos em Nova Lima são uma coisa real. O pobre, hoje, não consegue comprar um lote de trezentos metros porque em vários bairros aí um lote de trezentos metros é trezentos mil. Então, o que os mais carentes, os que recebem salário mínimo, que compra às vezes, durante um mês, dois, três sacos de cimento para levantar o seu barraco, ele não pode ser penalizado nessa hora. Para que vocês entendam, tem a casa do titular e tem a dos seus filhos, seus parentes no fundo do quintal. O que acontece? No



projeto está até trinta mil o valor. Aonde você compra um barraco em Nova Lima de trinta mil? E setenta metros? O excedente disso aí, todo o povo de Nova Lima que estiver irregular vai ter que pagar multa. E nós estamos estudando, nós vamos conversar com o prefeito amanhã sobre isso, pedindo ele para rever isso aí porque aí não vai ser um projeto que vai ajudar o povo, não vai ser anistia, vai ser cobrar do coitado que ganha salário mínimo. Estou preocupado com o coitado que ganha um, dois, três salários mínimos. Então, é por isso que nós não vamos, dizer assim, correr com nada nesta Câmara enquanto eu estiver nesta Presidência porque eu vou procurar não errar. Mais ou menos é isso que eu queria dizer para a senhora”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu queria falar a respeito deste projeto. Até sugerir ao senhor que o devolvesse ao Executivo porque, realmente, é um projeto polêmico e complexo. E não é tão simples assim não, como a vereadora falou. Não beneficia de... tão simples no sentido de beneficiar a população. Só a título de exemplo, existem algumas obras que são irregulares e com a notícia, as coisas correm, a gente sabe, de que vai haver uma anistia, uma regulamentação por parte da prefeitura nas obras que estão irregulares. Então, tem muita gente correndo com a sua obra, a toque de caixa, atropelando as leis, atropelando o Código de Posturas, atropelando tudo. Inclusive se fazendo de surdo para embargo da prefeitura, para notificação da prefeitura, do fiscal da prefeitura, inclusive para multa. Estão tocando com o seguinte pensamento ‘eu tenho acabar antes de a lei ser aprovada porque ainda que esteja tudo irregular, se a lei for aprovada, eu estou legal’. E essa tem sido a realidade de vários empreendimentos dentro do município. E a minha sugestão, uma vez que o senhor vai conversar com o prefeito a respeito desse assunto,



inclusive eu já conversei com alguns Secretários a respeito dessa situação, é que fossem divididas as áreas aí, que fosse por partes para que a gente pudesse analisar caso por caso, aquelas áreas que são as questões diretamente social, de cunho social, que envolvem as comunidades carentes da nossa cidade, que elas sejam analisadas de forma separada para que a gente não cometa aí o erro de estar beneficiando o infrator. Não aquele infrator do puxadinho, que a família cresceu, o terreno estava lá e ele estendeu, o que é comum, não é? Ali, a muito custo, um cômodo a mais ou um andar a mais. Mas tem muita gente aí, Senhor Presidente, tem muita gente aí que está aproveitando, muita gente aí que está com a construção, aonde só pode quatro andares, colocando o quinto. Tem muita gente aí correndo para poder tirar proveito dessa lei e a gente tem que tomar muito cuidado com isso. Muito obrigado”. O vereador José Guedes: “eu gostaria, neste momento, convidar o Secretário, Sr. Geraldo Magela, para dar as devidas explicações na próxima reunião. O convite será para ele, na próxima terça-feira, às dezessete horas, para ele vim aqui à Câmara para falar, para dar explicações sobre este projeto”. O vereador José Guedes reassumiu a Presidência. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu só vou insistir, Presidente, que o assunto não é de pauta e que... Senão nós vamos ficar aqui discutindo um assunto que não está nem na pauta, vamos cumprir a pauta, é só isso que estou insistindo com Sua Excelência. O assunto não está nem em pauta. Já foi respondida a pergunta da vereadora Ângela Lima, que ela fez, e parece que a Sua Excelência já citou que o Secretário está aqui a semana que vem, então, não há nem necessidade de discutir esse assunto porque ele vai ter condições de debater para frente. Só isso, cumprir a pauta”. O Senhor Presidente: “pedir os vereadores que concordarem



com a presença do Secretário Sr. Geraldo Magela para a próxima reunião, terça-feira, às dezessete horas, permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu quero, apesar de que com o encaminhamento que o Senhor terminou de dar, de certa forma, nos ajuda um pouco a conhecer mais o projeto, mas eu quero fazer coro com as palavras da vereadora Ângela Lima. Dizer para o vereador Nélio Aurélio que eu discordo dele porque se o projeto não está em pauta, mas é um projeto que, teoricamente, teria que estar tramitando na Casa e quando o vereador André Vieira muito bem fala sobre as questões que ele levantou ali, eu penso que isso aqui é um colegiado. O mesmo conhecimento que o vereador André Vieira tem do projeto, já que ele está na Casa, eu acho que ninguém aqui pode ter privilégio de ter conhecimento do projeto sem ele tramitar na Casa. E não estou dizendo, de maneira nenhuma, vereador André Vieira, que o senhor teve privilégio ao conhecer o projeto não, não é isso a minha fala”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “o senhor me concede um aparte só um instantinho?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “deixa eu só terminar o meu raciocínio e concedo sim o aparte ao senhor. Eu só gostaria de dizer que para eu estar contrário ou a favor desse projeto, eu acho que a Presidência tinha que, no mínimo, já que não vai tramitar o projeto, mas que mandasse para os gabinetes porque, infelizmente, eu caminho nas ruas e as pessoas estão lá criticando o projeto e eu não tenho nem conhecimento, eu não sei o que é o projeto. Então, eu penso que a Presidência da Casa, ela tem por obrigação, já que o projeto entrou na Casa, que dê entrada na Casa porque os vereadores têm que ter conhecimento dele sim. E discordo radicalmente do vereador Nélio Aurélio ao dizer que nós não temos que discutir isso aqui. Isso aqui é um



colegiado. Uai, não é possível que nós não podemos discutir um projeto que não veio para a pauta dentro do tempo que, teoricamente, seria hábil. Aparte concedido, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só ressaltar que eu não tenho o projeto, o Presidente não me passou o projeto, mas como eu disse, as coisas correm, até porque quando vai se fazer uma lei os interessados, naturalmente, ainda que em off, são ouvidos. Então, tanto o assunto que o projeto diz respeito é sabido por muita gente que tem pessoas correndo com a obra para poder se beneficiar do projeto. É só por conta disso. Eu tive algumas informações, inclusive por parte do Executivo quando eu fui conversar com alguns secretários, mas, por incrível que pareça, eu não tenho o projeto não”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu concordo que o senhor não deve ter mesmo não porque, realmente, ele não foi circulado na Casa e o Presidente que disse que ia administrar com muita democracia, no meu gabinete, pelo menos, não recebi esse projeto, a menos que está no gabinete de algum outro vereador e eu não estou sabendo. Mas está ótimo, muito obrigado, Senhor Presidente, pela oportunidade da fala”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “só lembrar, rapidamente, que aqui é um colegiado, mas tem disciplina de conduzir a reunião, e o que está na pauta a gente tem que discutir senão a gente fica aqui a noite inteira. E é um direito do vereador, qualquer vereador, discordar, mas eu estou fazendo um pronunciamento de direito de um Regimento, para ser cumprida a pauta. Só isso, mais nada”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “Senhor Presidente, atingi meu objetivo, meu objetivo era provocar, realmente, essa discussão e ter algum encaminhamento. Então, nós ficamos sabendo aqui que o projeto está na comissão técnica, que o projeto está com o jurídico da Câmara, que o



Senhor já vai conversar com o prefeito para poder devolver o projeto. Ótimo. Parabéns, Presidente. Eu atingi o meu objetivo que era realmente provocar essa discussão. Muito obrigada”. O Senhor Presidente: “eu fui citado, eu gostaria de dizer que em meus dois anos aqui que eu tenho pela frente, o mandato de Presidente, não vou dar privilégios para ninguém. O dia que eu liberar o projeto para um, vou liberar para os nove; eu jamais farei isso aí. O dia que alguns vereadores estiverem cientes disso, com confirmação, pode me chamar a atenção, mas injustiça não. Obrigado”. Prosseguindo, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Lei nº 1.501/2015, que “Concede o nome de Ataíde Pereira da Silva à quadra municipal que indica e contém outras providências”. O Senhor Presidente: “em primeira votação. Quero frisar que está em discussão e que o vereador Gilson não compareceu por motivos particulares. Então, como são dois autores, o Nélio está presente, eu vou colocar em discussão. Em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado por oito votos. Encaminho à sanção”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, Vossa Excelência vai colocar agora em votação o Veto do Projeto de Lei 1.502. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse a Casa para ao invés de a votação ser por escrutínio secreto que seja aberta”. O Senhor Presidente: “atendendo à solicitação do vereador Leci Alves Campos...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “questão de ordem. Eu não entendi, podia só repetir?”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Secretário, agora nós vamos ter a votação do Veto do Projeto de Lei 1.502. Está aqui na pauta que a votação seria por escrutínio secreto, então eu estou consultando a Presidência para que consulte os nobres vereadores para que essa votação não seja



escrutínio secreto, seja em voto aberto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “se ela tem as normas de secreto, ela não pode ser mudada assim em Plenário. Não pode não”. O Senhor Presidente: “já aconteceu várias vezes nesta Casa”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “é a mesma coisa de uma reunião de Presidente da Câmara a gente querer mudar aqui”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, mas isso já aconteceu, então, juridicamente, temos jurisprudência, eu gostaria que consultasse a Casa”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou só dizendo que eu não me lembro disso, mas se o Procurador falou, ele sabe o que ele está falando”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Secretário, o senhor não estava no dia não. O senhor faltou no dia”. O vereador Leci Alves Campos: “no dia da votação do Veto do Orçamento ele estava sim”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não estava não. Ele não veio”. O vereador Leci Alves Campos: “no dia do Veto do Orçamento?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ele não veio”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “veio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ele não veio”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu estou citando porque nunca aconteceu comigo”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “é porque o Nélio não estava presente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu vou atender, Presidente. O senhor Procurador falou, eu vou... Eu o conheço e sei que tem capacidade, eu vou acolher”. O Senhor Presidente: “os vereadores que concordam com a votação em aberto permaneçam como estão. Aprovado, oito votos”. O vereador Silvânio Aguiar: “Senhor Presidente, com base no artigo 241 do Regimento Interno desta Casa, eu gostaria de pedir adiamento de votação deste projeto”. O Senhor Presidente: “eu consultaria o jurídico da Casa porque eu acho, na minha opinião, que



não cabe adiamento numa votação desse tipo. Vou consultar o Dr. Diego”. O vereador Silvânio Aguiar: “artigo 241, Senhor Presidente”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “ele cabe no 241, ele tem razão, vereador. E no 211 também, possivelmente”. O vereador Leci Alves Campos: “de acordo com a Seção V, o artigo 241 diz que a votação poderá ser adiada uma vez, a requerimento do vereador, até o momento em que for anunciada. O adiamento será concedido para a reunião seguinte e considerar-se-á, no seu parágrafo segundo, prejudicado o requerimento que, por esgotar-se o horário de reunião... O que não é o caso”. O Senhor Presidente: “não é o caso porque é requerimento. Consultaria novamente o Plenário para ser a votação em aberto”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “o 241, ele dá todos os poderes de o vereador entrar com requerimento na hora da votação e adiar. Ele dá poderes sim. O Plenário não tem poder para mudar uma norma do Regimento”. O Senhor Presidente: “quantas vezes foi dito nesta Casa aqui que o Plenário é soberano?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “quando a matéria não atinge o Regimento. Essa matéria está no Regimento da Casa”. O Senhor Presidente: “se o vereador está com a razão, então eu vou permitir”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “muito obrigado, Senhor Presidente”. O Senhor Presidente: “o adiamento da votação”. 2) Projeto de Lei nº 1.510/2015, que “Revoga a Lei Municipal 1.648 de 29 de junho de 2000 e dá outras providências”. Retirado pelo autor, vereador José Guedes. O Senhor Presidente: “terceira parte, discussão e votação de indicações, moções e requerimentos”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “Questão de Ordem, Senhor Presidente. Eu vou ler esse primeiro requerimento porque eu sou totalmente contra requerimento. Nada pessoal contra vereador, eu falei eu, pessoalmente. Nunca fiz



um requerimento que eu já fui atendido. Então, eu não perco tempo com isso. Vou ler esse e vou pedir para me ausentar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Secretário, o senhor me permite?”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “eu só vou ler e vou me ausentar e ele não há necessidade...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é porque eu queria fazer uma moção, aí, antes do requerimento, eu queria até pedir à Casa que, se possível, quebrasse o protocolo. É só porque o senhor vai sair, se sair mais um, aí eu não vou poder fazer a minha moção”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas vai dar quórum, aí, seis. Se eu sair tem quórum”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é, só que sai um, aí daqui a pouco sai outro”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “mas a Sua Excelência tem... Eu, com honestidade, não... tanto pela Sua Excelência, como os outros vereadores, pelo público, eu não vou sair se não for dar quórum. Eu ia sair porque ia ficar o quórum, porque eu nunca faço isso”. O Senhor Presidente: “eu vou permitir que o senhor faça a moção”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é só para que eu faça uma moção...”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vai ter quórum, vereador”. O Senhor Presidente: “o senhor pode fazer a moção, vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “na verdade, é uma moção e um minuto de silêncio também. É que hoje faleceu o pai de duas funcionárias da Casa, uma, inclusive, do meu gabinete, outra que é da Procuradoria, que são a Juliana e a Neurivane. O pai delas, Sr. Sebastião Alvarenga faleceu agora à tarde e aí eu queria que esta Casa enviasse uma moção de pesar e também que pudesse ser feito um minuto de silêncio”. O Plenário permaneceu um minuto em silêncio. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “obrigado, Senhor Presidente. Se o Senhor pudesse colocar a moção em



votação”. O Senhor Presidente: “vou colocar em votação. Os vereadores que concordam com a moção do vereador André. Como ele disse, pai de duas funcionárias nossas, um grande pai de família, pessoa de respeito na cidade, uma pessoa que prestou grandes serviços à Nova Lima. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. O vereador Nélio Aurélio de Souza: “vereador, só lembrar que eu, nesse tempo que eu estou aqui, que vai para dezesseis anos, eu só estou explicando porque, às vezes, eu saio porque eu sou contra requerimento mesmo, mas eu nunca saí para deixar a Casa sem quórum. Se eu tiver que sair e ver que vai ficar sem quórum, eu não saio. A não ser que seja uma matéria extremamente importante para o município de Nova Lima e tem que se obstruir ou sair ou fazer alguma coisa, aí sim, sabe? Então, por isso que quando eu estava saindo, eu sabia que o quórum ia continuar. Então, eu vou continuar, vou sair, pedir ao Senhor Presidente, nós temos um grande secretário ali, que é o Leci Campos, ele pode continuar lendo para nós, fazendo um benefício, ou quem a Sua Excelência indicar porque é prerrogativa da Sua Excelência”. O Senhor Presidente: “convido, como sempre, o competente meu amigo Leci Campos para secretariar”. O vereador Leci Campos: “eu quero agradecer os elogios aqui do vereador Nélio. Aliás, nós dois empatamos na votação, não é, vereador? O senhor ganhou pela idade”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) De autoria do vereador José Guedes: Requer que esta Casa faça por encaminhar ao Dr. Maurício Índio do Brasil este requerimento: Agradeço o proprietário da Phoenix, Dr. Maurício Índio do Brasil, por ter atendido minha solicitação com referência à colocação de quebra-molas que serão patrocinados pela Phoenix, de sua propriedade, nas localidades trevo dos



Cristais e na MG 030, depois do Bairro de Santa Rita, na altura do nº 9009. Em discussão, o vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, o meu voto é contra e eu quero justificar. O Senhor vai me desculpar, parabéns. Não tenho que agradecer a empresa nenhuma por quebra-molas porque isso é obrigação do estado e é obrigação nossa, de nós, vereadores, correremos atrás. Essas empresas vêm aqui, constroem um trem ali, cobrem uma quadra ali, mas é muito pouca a recompensa dessa empresa. Não tenho nada com empresário, não tenho nada, mas o meu voto é contra porque é muito pouca compensação que essa empresa Phoenix dá para a nossa cidade Nova Lima. E eu tiro o chapéu para o Juninho, ex-prefeito de Rio Acima, que proibiu a Phoenix de transitar lá dentro da cidade. Então, eu quero parabenizar o vereador José Guedes que, sim, preocupou sim com o cidadão nova-limense pelos acidentes e tal. Isso é obrigação do estado e do município, não a empresa vir aqui e fazer quebra-molas e depois a gente mandar moção de aplausos para eles. Meu voto é contra, está justificado. Obrigado, Presidente”. O Senhor Presidente: “eu passaria a Presidência à Ângela Lima para eu, lógico, rebater as palavras do colega Alessandro Bonifácio”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “recebo a Presidência, com a palavra o vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Guedes: “é lógico e evidente que é obrigação do DER. Com relação ao trevo dos Cristais, eu devo ter para o DER, fora os prefeitos passados, uns dez requerimentos. Se eles não fizeram, dizem que estão quebrados, não têm dinheiro. Eu corri atrás, é um mérito meu. Quando eu não consigo as coisas na minha carreira política, através do município, eu corro atrás de parcerias, e eu sempre fui bem sucedido. O senhor está enganado, senhor vereador. A Phoenix não fez só essa



promessa desse requerimento, ela fez uma quadra em Santa Rita, ela fez na Bela Fama, ela fez várias obras no Galo. Como foi dito na última reunião, com acordo firmado com diversos moradores e com associações de bairro. E vai construir, atendendo à solicitação deste vereador desde 2011, um posto médico lá no Bairro Nova Suíça. E quero dizer que a maior revolta minha é sobre essa passarela. Para quem não sabe, essa passarela, fizeram um TAC, prefeitura municipal, Ministério Público e o dono de uma empresa que, no momento eu não recordo o nome do senhor proprietário da empresa. Me parece que são os apartamentos lá em cima, Rossi Botanique. Então, o empresário, erradamente, parece que tinha autorização, documentação, liberação para fazerem quatro andares, eles fizeram cinco andares em diversos blocos. O que que acontece? Lá já morreram duas amigas minhas, vários atropelamentos. Ali são, pode contar nos dedos, são dez bairros que usam aquele ponto de ônibus ali, para ir para Belo Horizonte, Rio Acima, Raposos. Então, são dois pontos de ônibus, é o lugar mais perigoso. E quero aqui pedir ao Diego para o senhor mandar um ofício para o Secretário de Meio Ambiente vir dar explicações, porque tiraram a passarela que estava no chão, fizeram os tubulões e levaram lá para o bairro na MG 030, vai ser colocado em frente o colégio Santo Agostinho. Eu quero saber qual a diferença, porque aqui são os pobres e lá são os ricos? Aqui são dez bairros. Tem vinte anos que eu batalho e não consigo os quebra-molas. E abaixo ali do pontilhão, o senhor sabe que foram colocados os quebra-molas porque houve a morte da sobrinha do nosso ex-vereador Ailton Otinha senão não teriam colocado. Então, isso é uma revolta minha e fui informado hoje que o pedido para a transferência da passarela, o senhor Walmir Braga. Será um absurdo se realmente for



verdadeiro. Que ele requisitasse outra passarela, não a nossa lá do nosso bairro. Então, eu corri atrás sim. Não são poucas compensações. E eu vou dizer para o senhor, eu estou por dentro da lei, a Phoenix está rodando nas estradas pertencentes ao estado, ela não tem que dar um centavo. Então, é um parceiro sim, é uma pessoa que eu admiro. Essa colocação de três quebra-molas em cada lugar, aonde tiraram a passarela, aonde tiraram o radar, já morreram cinco pessoas, eu tenho que tomar as minhas providências, sim. Eu não acho que é pouca compensação, não. Pode vir mais porque ele é um empresário aberto pelas coisas humanas. Eu conversei com ele e ele já foi no DER, pediu permissão, é somente o DER não travar essa permissão que o prefeito Cassinho fez sexta-feira. Na mesma hora eu mandei entregar ao empresário que levou prontamente no DER. Então, a história é essa, são revoltantes as coisas que têm acontecido aqui em Nova Lima. Eu não posso ficar calado, aceitar as críticas do meu colega porque eu achei que foram injustas. E vou lutar, vou correr atrás dos empresários que vêm aqui e sugam tudo de Nova Lima e dão uma banana para nós. Pelo menos esse tem cumprido o tratado que fizeram com as comunidades e com as associações de bairro. Obrigado. Passo a Presidência à Ângela Lima”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente Ângela, fui citado”. A Senhora Presidente: “sim, com a palavra o vereador Alessandro Luiz Bonifácio”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “só quero deixar registrado que parabeneizei o vereador José Geraldo Guedes. Está certo, parabéns. Eu sei sim. Até coloco a Vossa Excelência que entre com requerimento verbal, não é convidar não, é chamar o Secretário de Meio Ambiente aqui para dar explicações, porque é uma vergonha. Primeiro, foi jogado dinheiro fora porque está lá sim, a coluna



lá no trevo dos Cristais. Está lá sim, todo mundo passa e vê. Uma vergonha o que esse Secretário de Meio Ambiente está fazendo. Então, não é convidar não, é vim cá e dar explicações, porque que levou para o Vale dos Cristais a passarela que era para ser construída aqui através de um TAC. Quero voltar a repetir, estou parabenizando, está certo de correr atrás, mas eu sou contra e é direito meu. Eu sou contra essa moção de aplausos para essa empresa. É muito pouco e volto a repetir, é muito pouco para Nova Lima. Obrigado, Presidente”. A Senhora Presidente: “vereador José Guedes, antes de devolver a palavra ao senhor, se o senhor tiver certeza mesmo que é esse senhor Walmir Braga que está trabalhando para isso, o senhor me avisa porque eu quero estar junto com o senhor, porque é um... Não sei nem se vou falar sujeito. É um cara que vem descaracterizando muito o nosso trabalho aqui na Casa, ele vem descaracterizando o nosso trabalho aqui na Casa. Então, ele que faça lá com o dinheiro dele, que ele é muito rico, ele que faça essa passarela lá, uai. Porque ele não constrói essa passarela lá? Porque ele não junta os moradores de lá e faz essa passarela lá? Se o senhor tiver certeza, o senhor me fala porque eu vou estar junto com o senhor nisso aí. Devolvo...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Presidente, não conseguiu tirar nem o cheiro. O povo de Nova Lima passa lá. Ele mora lá, no condomínio lá. Ele cheira o que está lá naquela curva lá...”. A Senhora Presidente: “mas ele deve colocar algodão no nariz dele para ele não sentir o cheiro, e aí ele não está nem aí, tá? Ele deve colocar algodão, alguma coisa assim. Devolvo a Presidência ao vereador José Geraldo Guedes”. Requerimento aprovado por seis votos favoráveis e um contrário do vereador Alessandro Luiz Bonifácio. 2) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer que



esta Casa organize uma homenagem pelo centenário da Corporação Musical União Operária. Aprovado, seis votos. 3) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a colocação de faixa de pedestre na Praça Bernardino de Lima, próxima às portas de saídas laterais da Matriz do Pilar. Em discussão, o autor: “Senhor Presidente, é só para ilustrar esse requerimento. Eu gostaria de explicar que, em virtude da chegada do Padre Célio à Matriz de Nossa Senhora do Pilar, o número de missas diárias aumentou. E isso tem aumentado o fluxo de fiéis na Matriz de Nossa Senhora do Pilar e quando terminam as missas, as pessoas ficam paradas na porta da igreja tentando atravessar para o outro lado e o trânsito tem dificultado. E com a colocação de faixas em ambas laterais, eu acho que esse problema poderá ser resolvido”. Aprovado, sete votos. 4) De autoria do vereador Leci Alves Campos: Requer ao Excelentíssimo Prefeito Municipal a colocação de faixa de pedestre em frente à Creche Lar da Esperança nos Cristais e disponibilização de Guarda Municipal em horário de pico de entrada e saída de crianças. Em discussão, o autor: “Senhor Presidente, é só para ilustrar também esse requerimento. Eu recebi esta reclamação e fui pessoalmente lá na creche nesse horário e a questão do trânsito não é simplesmente, Senhor Presidente, das vans e dos ônibus que transportam as crianças e alunos da creche porque nesse horário também estão transitando os ônibus da AngloGold, da Vale e da Petrobras, e está culminando em grande volume de veículos no local. Então, eles não conseguem desembolar e vira uma teia danada e as pessoas não conseguem sair do local. Então, se tiver um Guarda para orientar e também para ajudar as crianças a atravessarem aquele pedaço da Albertina Lopes Guimarães, será muito



importante para a segurança”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “é lamentável o senhor ter que pedir Guarda Municipal para poder ficar em porta de escola. Isso é uma das competências da Guarda Municipal, é estar na porta da escola principalmente no horário de saída. Eu lamento, viu, vereador? O senhor ter que pedir isso, sendo que eu acho que isso seria uma obrigação da Guarda Municipal. Obrigada”.

O vereador Leci Alves Campos: “Senhora vereadora, só para poder justificar. Eu até que entendo o parecer de Vossa Excelência, mas eu creio que esse pedido vai fortalecer a presença do Guarda lá. Eu tenho certeza que o Tenente Antônio, o nosso Secretário de Segurança, ele vai consultar o diretor lá da parte do Guarda Municipal e fazer um esforço para disponibilizar essa mão de obra do Guarda Municipal para estar por lá”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu não estou contra o seu requerimento não”. O vereador Leci Alves Campos: “eu entendi”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu fico é triste de saber que o senhor tem que pedir isso”. O vereador Leci Alves Campos: “pois é, vereadora. Mas como não tem o Guarda, se eu não pedir, vai ficar pior. Então, pelo menos eu peço”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “está certo”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “só lembrando uma coisa, existe uma lei municipal já que determina que os Guardas estejam na porta das escolas. Existe uma necessidade, de acordo com a população que aumentou, de um aumento de número de guardas, a gente tem que fazer justiça. E o Executivo tinha um concurso aprovado aonde teríamos novos guardas e foi cancelado por conta, todo mundo já sabe, da bagunça que está aí. Então, estou totalmente de acordo e eu imagino que a colocação do senhor é perfeita. Tenente Antônio vai ter que se desdobrar para atender porque a



Guarda Municipal, o vereador Flávio se estivesse presente talvez poderia falar melhor, ela poderia prestar uma assistência melhor se ela estivesse de acordo com a demanda. Hoje ela não está de acordo com a demanda, isso é fato. A população cresceu e a Guarda... Eu digo por que existe uma lei e essa colocação que a senhora fez é lei. A Guarda Municipal... Eu não sei, realmente eu não sei se eles têm condições de atender até o que está aí porque, pelo que a gente sabe, o concurso foi feito para suprir a deficiência, não é? E como o concurso foi cancelado, de repente, ele deve estar enrolado lá. É só uma colocação”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu concordo com o que o senhor está falando, mas eu acho que a gente tem que ter prioridades. Se é prioridade a porta da escola, que seja colocado na porta da escola”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é lei”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é, então que seja colocado na porta da escola. Então, se vai aumentar a Guarda, se não vai aumentar a Guarda, se cancelou o concurso, se teve as razões de cancelar o concurso, não é? Foi uma orientação do Secretário de Administração para o prefeito. Então, eu acho que é uma questão de prioridades, sabe, vereador? É uma questão de prioridades. Eu acho que o requerimento do vereador Leci Alves Campos vai... O Tenente Antônio... Conhecendo o Tenente Antônio, como a gente conhece, não é? Da sua capacidade de abstração das coisas, da sua sensibilidade, ele vai, vereador, atender ao seu pedido, tenho certeza. Obrigada”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador, eu vou fazer o seguinte, eu vou fazer uma vistoria in loco, pelo menos por um período de trinta, quarenta dias, vou verificar se a prioridade vai ser dada à escola”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu vou fazer uma pergunta à vereadora Ângela Lima. São quantas



escolas, a senhora sabe me dizer, vereadora? Municipais, aproximadamente”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “ao todo, no município, contando também com as estaduais, nós temos, aproximadamente, vinte e cinco escolas municipais e seis escolas estaduais. Sem contar com as escolas particulares que também eu acho que merecem um tratamento também do Guarda Municipal próximo, não é?”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador André, a fala do senhor é totalmente pertinente, uma vez que se a gente colocar aí em média trinta escolas ou alguma coisa a mais do que isso...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “dois turnos”. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “dois turnos mais dois Guardas, geralmente é o que se usa na porta de cada escola, está na cara que, infelizmente, o pedido do vereador Leci Campos é extremamente necessário até porque eu conheço. O senhor está coberto de razão, aquela região ali também é uma região que não tem jeito. Mas, realmente, não tem como atender, é criar uma expectativa que, infelizmente, não tem jeito. Mas a fala do senhor é, nesse caso aí específico, é lógico que eu não estou desconsiderando as outras, mas realmente faz todo o sentido. Não tem como, a Guarda não consegue atender de forma alguma só as escolas do município. E a Guarda Municipal ainda, não é vereadora? A senhora sabe disso, ela desenvolve infinitas outras atividades que não... Eles estão na Câmara Municipal, eles estão no prédio da prefeitura, na Policlínica, lá na Guarda Municipal, então, quer dizer, é impossível...”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “foi aprovada uma lei federal, o poder deles é semelhante ao de polícia”. O vereador Fausto Niquini: “eu penso que, de imediato, poderia ser feita uma ronda, uma ronda da Guarda, já que não tem efetivo, para deixar... Porque um Guarda, um policial nunca fica



só, sempre em dupla. Então, já que não tem efetivo, não pode desguarnecer as escolas particulares também, lá tem crianças também. Então, eu sugiro que faça uma ronda, pega por regiões, não é isso?”. O vereador Leci Alves Campos: “o requerimento, vereador, diz sobre o horário do pico, para poder priorizar, é dezessete e trinta horas”. O vereador Fausto Niquini: “é isso aí”. O vereador Leci Alves Campos: “se fizer a ronda nesse horário, já ajuda bem”. O vereador Fausto Niquini: “eu, inclusive, moro ali perto da escola São Tomás, levo várias vezes, já levei minha filha lá, nunca encontrei com um Guarda Municipal ali nas imediações”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor vereador, eu já morei naquela rua, lá tem. Algumas vezes a gente encontra com um Guarda Municipal por lá. Porque ali tem o problema, como é uma via de mão única de acesso à Belo Horizonte, então, existe também essa preocupação do Tenente Antônio. Então, em frente à escola, em horário de pico, eu já vi por duas ou três vezes eu já vi o Guarda lá”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “parabenizar o vereador Leci Alves Campos pelo requerimento, mas volto a repetir, a Guarda Municipal se divide em quatro. Quero é parabenizar a Guarda Municipal porque... Silvânio falou aqui, nós temos dois Guardas Municipais na Polícia Militar, dois na Polícia Civil, dois na Florestal, regionais. Então, não tem como. O que nós tínhamos que ter feito aqui era, ano passado, brigar para o prefeito não cortar o concurso. Eu corri atrás, mas, infelizmente, nós temos hoje oitenta e seis Guardas Municipais, tanto de escolas, Guarda Municipal em prefeitura, em Teatro, em Policlínica. Nós tínhamos que fazer um projetinho porque acho que, hoje, o patrimônio público mesmo são as nossas crianças. O patrimônio público nosso são nossas crianças. Mas também tem que parabenizar a



Guarda Municipal, eu não sei como é que o Tenente Antônio consegue dar conta porque Guarda Municipal tem que cuidar da segurança nossa, então, assalto e homicídio para todo lado aí. Então, não tem nem como”. O vereador Leci Alves Campos: “O senhor me concede um aparte? Senhor vereador, eu creio que o momento desta Casa colaborar com essa questão de efetivo de mão de obra da cidade, da prefeitura, é no momento de aprovar o Orçamento. É nesse momento que nós vamos fiscalizar se os cinquenta e quatro por cento estão sendo investidos totalmente em mão de obra. Porque se ele estiver totalmente investido, não pode ter acréscimo nenhum porque passa do limite, aí o prefeito tem que arcar com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Então, aí, nosso papel é nesse momento de votar o Orçamento, trabalhar isso”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, poderia também colocar o Olho Vivo na porta de cada escola, isso não é difícil. Pelo menos, evitaria o tráfico de drogas, não estaria ajudando, eu digo a nível de crianças atravessando as ruas e tal, mas o Olho Vivo ajudaria muito”. O vereador Leci Alves Campos: “vereador, mas neste caso, eu não acredito que o Olho Vivo resolva porque o problema ali é de trânsito no momento, não adianta filmar que o trânsito está ruim”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “vereador, o senhor prestou atenção no que eu falei?”. O vereador Leci Alves Campos: “com certeza, por isso que eu estou falando”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “o Olho Vivo estaria contribuindo para o lado do tráfico de drogas, que hoje nós vivemos isso nas portas das escolas. O Olho Vivo ajudaria”. O vereador Leci Alves Campos: “ah sim. Então, no caso aqui, vereador, vamos acrescentar ao requerimento, então, uma fiscalização sobre esta questão”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “acho que ajuda. Já que não é



possível ter um Guarda na porta de cada escola, pelo menos o Olho Vivo já inibiria essa parte do tráfico”. O vereador Leci Alves Campos: “com certeza, vereador. A sua ideia, realmente, vai engrandecer cada vez mais o requerimento. Isso demonstra que o senhor, um médico, membro da Comissão de Saúde, eu tenho certeza que tem esta preocupação”. O Senhor Presidente: “em votação o requerimento com a solicitação do vereador Fausto Niquini sobre a colocação de Olho Vivo. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Sete votos a favor”. 5) De autoria do vereador Alessandro Luiz Bonifácio: Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nova Lima, que seja informado ao Senhor Prefeito que o projeto de lei 1.497/2015 votado nesta Casa Legislativa em 27 de janeiro de 2015 teve seu regular processo legislativo alterado, pois foram apresentadas emendas as quais foram apreciadas e aprovadas em unanimidade em plenário (10 votos), mas não foram contempladas na lei sancionada. Isto posto, venho requerer que sejam tomadas as medidas legais para que a lei ora sancionada não venha padecer por vícios formais passíveis de nulidade. Em discussão, o vereador André Luiz Vieira da Silva: “Senhor Presidente, só ressaltar que, realmente, não sei como que vai resolver, se ele vai mandar um novo projeto revogando essa parte que teve a emenda, porque a gente teve um probleminha. Mas eu queria parabenizá-lo porque, realmente, aquele projeto está com um vício tremendo e ele pode trazer, acarretar problemas seríssimos lá na frente. Porque foi um projeto de ampla discussão, gerou um desgaste muito grande e acabou tendo esse probleminha aí com a emenda. Então, o ideal é que ela seja, realmente, tirada e como era consenso aqui na Casa no dia, como consta em Ata que aquela emenda seja considerada”. O vereador



Leci Alves Campos: “vereador Alessandro, autor do requerimento, existe nesta Casa a Comissão de Redação Final. Então, eu queria sugerir que fosse acionada a Comissão de Redação Final para verificar se o documento que foi encaminhado ao Executivo está *ipsis litteris* de acordo com a votação. Então, eu creio que é uma ferramenta que mostra para o Executivo como deve ser feita, sancionada, no caso agora não é nem projeto de lei mais, já é lei, uma vez que foi sancionada por ele mesmo”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “incluir no meu requerimento, não é?”. O vereador Leci Alves Campos: “sim, sim. Nós vamos acompanhar juntos porque é importante, vereador, que o documento que a Comissão de Redação Final encaminhou para o Executivo esteja corretamente para que o Executivo, então, faça a sanção respectivamente certo”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “ok”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “o senhor me concede um aparte, vereador? Eu gostaria que a gente fizesse uma revisão da Ata porque ela não foi... Não foram as emendas porque elas não foram votadas. Então, eu acho que a gente tem que rever porque foi essa... Não foram votadas. Não é do projeto do...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “dos dezesseis terrenos”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “dos terrenos? É, então nós temos que pegar, escutar a Ata para ver se realmente foram votados porque houve uma argumentação... Houve uma argumentação, inclusive, vereador, o projeto já tinha sido até enviado, enviado para o prefeito com as emendas e tudo, quando foi verificado que elas não tinham sido votadas. Aí voltou para a Casa novamente e aí mandou-se o projeto...”. O vereador Leci Alves Campos: “vereadora, eu me lembro perfeitamente que o Secretário Nélio Aurélio falou em alto tom e boa voz, dizendo que estaria votando



com exceção desse imóvel. Então, foi muito clara a palavra dele, votando. Então, a Ata a senhora pode conferir, foi feita corretamente por esta Casa”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “então, eu só gostaria que a gente fizesse uma revisão...”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “esse é o meu requerimento”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “pois é, uma revisão da Ata porque senão nós... Eu nem sei se sou dessa Comissão porque eu pedi para sair das comissões todas, eu nem sei se eu sou dessa Comissão. Mas eu assinei, eu assinei como membro da Mesa a documentação que foi para o prefeito, eu assinei”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “retirando esse terreno”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não, retirando terreno nenhum”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “tem emenda, sim senhora”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “não...”. O Senhor Presidente: “fala um de cada vez porque senão não vai dar certo”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “eu estou querendo explicar é que foi mandado com as emendas, certo? Aí, voltou para nós, aqui na Casa, falando que as emendas não foram votadas. Está certo? Aí foi feita uma nova redação final e que nós enviamos de volta lá para o prefeito, onde foi sancionado. Então, é isso que nós temos que fazer. É rever e, se erramos, corrigir”. O Senhor Presidente: “eu pediria...”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, só um minutinho, só para eu concluir para a vereadora Ângela. Senhor vereador Alessandro, é o terreno do hospital?”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “sim”. O vereador Leci Alves Campos: “então, eu tenho certeza que o vereador Nélio falou ‘estamos votando com exceção do terreno do hospital’”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “retirando ele, não é?”. O Senhor Presidente: “vereadora, eu gostaria de usar



da palavra”. A vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: “recebo a Presidência, com a palavra o vereador José Geraldo Guedes”. O vereador José Guedes: “questão polêmica, não é? Dezesseis terrenos. Eu quero dizer que a emenda para a retirada daquele terreno lá, próximo ao Santo Agostinho, é deste vereador, sou autor da emenda. Eu tenho absoluta certeza, houve um tumulto na reunião. Eu tenho absoluta certeza, revendo... Quem determina as coisas aqui dentro são as Atas, que são confeccionadas pela competente Rúbia, nós temos as gravações... Nós temos as gravações. Eu seria incapaz de estar tentando regularizar isso se, realmente, não tivesse sido votado. Foram votadas sim, houve um tumulto muito grande na reunião. Então, eu estou insistindo com o jurídico da Câmara, umas dez vezes nós lemos, relemos e vimos que, realmente, foi votado. Errar é humano. Se realmente... Se realmente não, ela foi votada, as emendas foram votadas sim. Nós, amanhã, não é? Vou voltar a dizer, nós vamos nos encontrar, eu e o jurídico com o prefeito e vamos mostrar para ele que houve um equívoco, e que ele vai nos ajudar a corrigir o que aconteceu. Eu sou contra, principalmente, àquela doação daquele terreno, vinte e dois mil metros, a cinquenta reais o metro quadrado. Eu sempre fui contra. Para finalizar, a emenda é minha e eu vou batalhar por ela”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “muito bom, Presidente”. O vereador José Guedes: “houve realmente um equívoco. Continua em discussão”. A Senhora Presidente: “devolvo a Presidência ao vereador José Geraldo Guedes”. O Senhor Presidente: “Recebo a Presidência. Em votação, o requerimento do Alessandro Bonifácio. Os vereadores que estiverem de acordo permaneçam como estão. Sete votos a favor”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, eu queria só



agradecer aos meus pares porque isso é muito sério. Como Vossa Excelência falou, vinte e dois mil metros por cinquenta centavos, então eu queria só a revisão”. O Senhor Presidente: “cinquenta reais o metro quadrado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “cinquenta reais o metro quadrado é muito pouco, por isso que estou entrando com esse requerimento e quero agradecer os vereadores”. 6) De autoria da vereadora Maria Ângela Dias Lima Pereira: Requer que esta Casa Legislativa faça encaminhar uma moção de congratulações ao casal Sr. Clemente Benedito da Silveira e Sra. Maria de Lourdes Jardim da Silveira, residentes na Rua Ludovice Pessoa, 88, Centro, pela celebração dos seus 70 anos de casamento, neste ano de 2015, onde comemoram sua Bodas de Vinho. Aprovado, sete votos. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “eu gostaria de convidar meus nobres colegas e vereadores para a Audiência Pública nesta Casa sobre os terrenos localizados na Estação Ecológica de Fechos, no Jardim Canadá, no dia 09 de abril, às dezenove horas. E o requerimento verbal, que fiquem convocados os Secretários do Meio Ambiente, Secretário de Planejamento e o Procurador Geral do Município para tratarem do tema. Muito obrigado. Dia 09 de abril, às dezenove horas, quinta-feira. Local Câmara Municipal de Nova Lima. É um assunto importante porque, se tem alguém aí que não está sabendo, tem a ver com aquele terreno que o prefeito de BH está querendo vender para a iniciativa privada. E nós temos lá, eu fiz questão de ir lá para conhecer a área, realmente, tem lá os mananciais, é uma área muito importante, abastece mais de trezentos e cinquenta mil habitantes da região metropolitana. Então, nós temos que... Eu acho que é interessante, seria muito bom a participação de todos os vereadores aqui neste dia. Muito obrigado”. O vereador Silvânio Aguiar Silva:



“vereador Fausto Niquini, eu acho que a título de contribuição, penso que talvez fosse interessante que se convocasse também o Secretário lá da Regional Noroeste, uma vez que ele está totalmente envolvido ali. É só a título de contribuição mesmo. Se o senhor achar que é interessante, fica aqui o meu palpite”. O vereador Fausto Niquini Ferreira: “é, Senhor Presidente, pode incluir sim. Inclusive na visita que eu fiz lá, ele estava presente. Obrigado, vereador Silvânio Aguiar”. Requerimento aprovado por sete votos. O vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, está votando ele com a minha consideração?”. O Senhor Presidente: “sim”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “Senhor Presidente, que seja solicitado ao prefeito o processo licitatório de 2012 para cá de todo... do lixo que a cidade recolhe. Quanto que paga o lixo, qual é a empresa que recolhe o lixo, para onde vai o lixo da nossa cidade, se paga ou não, em geral. Todo o processo licitatório, por favor”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, eu gostaria de colaborar com Vossa Excelência. Eu creio que são coisas distintas, uma coisa é a licitação, outra coisa é medição do serviço prestado”. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “tudo, tudo, em geral, Senhor Secretário”. Aprovado, sete votos. O vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “estive em um velório nas Cabeceiras, depois fui em um aniversário nas Cabeceiras e queria colocar para o prefeito que o Poliesportivo das Cabeceiras está abandonado, jogado às traças. E eu fico bobo porque o prefeito Cassinho foi lá no velório. Eu fico bobo. Ele esteve em um velório lá que teve há mais tempo. E está jogado às traças. Queria solicitar ao prefeito, incluindo também o posto de saúde, que tem seis meses que o tratamento odontológico está parado porque a máquina do tratamento odontológico está sem... A Saúde não vai lá, não dá explicação. Então,



seis meses que a população não tem tratamento odontológico também. Justamente nas Cabeceiras, que lá é bonito, não é? O posto de saúde das Cabeceiras junto com uma quadra, poliesportivo, um salão e tudo o mais, mas só que tem que hoje o bonito está feio. E eu fico bobo que o prefeito esteve lá no velório e eu achei que ele ia tomar providências. Mas está certo, é o papel do vereador mesmo fiscalizar. Então, eu queria esse requerimento, Senhor Presidente. Obrigado”. Aprovado, sete votos. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “eu iria fazer um requerimento, mas eu estou na mesma linha de pensamento do vereador Nélio Aurélio que se ausentou justamente por não ter resposta aos seus requerimentos. Eu também já desanimei há muito tempo porque nós já vamos aí, caminhando para a segunda, já estamos na segunda metade do mandato, não é? Já estamos caminhando para o final e até o dia de hoje, eu nunca tive um requerimento atendido pelo Poder Executivo. Mas a realidade, vereador Alessandro, quando o senhor fala de que o bonito está feio, a realidade é que Nova Lima está quebrada, isso é fato. A situação está tão caótica, eu tive reclamações essa semana e as reclamações vão vindo de todo lado porque ninguém explica o que acontece de fato, ninguém aparece para a população para dizer, exatamente, o que está acontecendo, ninguém dá dados oficiais. E, inclusive, como Presidente da Comissão de Orçamento, eu vou requerer, mais uma vez, o balanço mais detalhado, quadrimestral da prefeitura. Porque as informações que a gente tem são todas informações de bastidores, de que a prefeitura está arrecadando o que mal dá para pagar o servidor público. E está todo mundo desesperado, está todo mundo preocupado, as empresas estão preocupadas. As entidades que recebem subvenções, várias delas estão sem receber subvenções,



inclusive, algumas parceiras da prefeitura, como o Cempre que é tão divulgado aí, quando a prefeitura fala da qualidade da educação do município. Ela sempre usa o Cempre como um modelo a ser seguido, que melhora a qualidade de ensino dos nossos jovens, mas está lá, a informação que a gente tem é que os jovens não estão tendo nem material para estudar porque o repasse não está sendo realizado. Inclusive, tem uma informação mais grave, mas como o Ronaldo, que é o Secretário da Fazenda, é uma pessoa muito querida, eu vou primeiro consultá-lo acerca dessa informação para que...".

O vereador Leci Alves Campos: "Senhor vereador". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "para que... Só um instante". O vereador Leci Alves Campos: "é porque o senhor citou o nome do Secretário de Fazenda, ele já foi convocado por esta Casa para vir aqui para dar explicação". O vereador André Luiz Vieira da Silva: "é, mas nesse assunto específico, como é uma coisa que é meio que inacreditável, uma informação que eu tive, eu quero, até antes de denunciar aqui, de estender a denúncia, porque nós somos porta-voz do povo, eu quero primeiro consultá-lo porque eu não estou acreditando que é verdade. E isso, antes mesmo da convocação, eu farei. E essa tem sido a situação, as entidades estão sem receber. E os mecanismos, e aí é que está o grande problema. Eu não estou aqui fazendo nenhum requerimento não, é só um desabafo mesmo, Senhor Presidente, nobres colegas. Os mecanismos que poderiam ser feitos, a gente não vê, sabe? A gente não vê ação por nada. O senhor estava falando, vereador, eu sei que talvez esteja se questionando a questão do Grande Expediente, mas todo vereador tem cinco minutos de Questão de Ordem, por isso que eu estou falando. Isso está no Regimento". O Senhor Presidente: "é porque está no momento do requerimento,



vereador”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “é, porque pelo que eu entendi, teria...”. O Senhor Presidente: “não terminou não”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “não terminou não? Então, o Senhor me concede uma Questão de Ordem?”. O Senhor Presidente: “o senhor pode continuar”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “está ok. O Senhor me concedeu Questão de Ordem, então está ótimo porque aí eu tenho cinco minutos. Essa tem sido a realidade. E os mecanismos para... O Senhor estava citando aí das empresas, não é? Que não são dignas de aplausos, mas a verdade é que a responsabilidade é toda do Executivo, não tem como fugir disso, a responsabilidade é do Executivo. Vou dar um exemplo para o Senhor e para a população de Nova Lima. Os caminhões que prestam serviço para a AngloGold, se você for lá vistoriar, a maioria são de cidades vizinhas, não são de empresários de Nova Lima. A Phoenix, eu não sou defensor da Phoenix não, mas até votei com o vereador por conta disso. Na Phoenix tem vários caminhões de empreendedores de Nova Lima. Quando você vai olhar na AngloGold, a dona do município, que tanto faz discurso de parceria social com o município, os caminhões são tudo de outras cidades. E isso daí são impostos que estão indo para outras cidades. Então, existem uma série de mecanismos...”. Senhor Presidente: “na Saritur também”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “então, pela falta de diálogo, não é? E eu ouvi essa semana um comentário do presidente do meu partido, Sr. Marcos Pereira, muito, muito feliz na sua colocação, que existe uma diferença muito grande entre você ouvir e dar ouvido. Dar ouvido é você acatar, você procurar receber a crítica com bom grado e reconhecer o erro. Este está sendo o nosso problema da nossa presidenta aí. Você tem que reconhecer os erros e hoje



a população de Nova Lima está refém do governo. Aí fica esta desculpa de processo ‘ah que não votou processo, que está esperando processo julgar’, e começa... Dois anos se passaram e a cidade parada. Então, é só uma questão de desabafo mesmo. Se tem que tomar decisões, que se tomem as decisões, mas vamos olhar aí o que é melhor para o município porque do jeito que está não dá mais para aguentar, Senhor Presidente. Obrigado”. O vereador Leci Alves Campos: “senhor vereador, o senhor disse com relação a requerimento que o requerimento do senhor não foi atendido, aí nesse ponto, eu já tive esse privilégio. Porque hoje eu estive no velório lá no cemitério e a cobertura que foi colocada lá foi um requerimento meu e muitas pessoas conversaram comigo lá durante o tempo em que eu estive, dizendo o quanto foi boa esta obra lá com relação a tapar do sol e tapar da chuva. Então, vários requerimentos foram atendidos, inclusive esse”. O vereador André Luiz Vieira da Silva: “que bom, que bom, fico feliz. Mas os meus nenhum até hoje”. O Senhor Presidente: “o vereador Leci é feliz porque meus, eu tenho cento e tantos na Casa e até agora nada”. O vereador Leci Alves Campos: “Senhor Presidente, eu não falei todos não, eu não falei todos não”. O Senhor Presidente: “eu vou fazer um requerimento, que o prefeito Cássio Magnani tome providências sobre o TAC que foi celebrado entre Ministério Público, Prefeitura Municipal e a empresa. Então, o prefeito também é responsável pelo problema da passarela dos Cristais. E quero dizer que eu vou cobrar dele amanhã porque a firma fez os tubulões na época da eleição, com esperas, e depois sumiram com a passarela. E é do meu conhecimento que o TAC reza que a firma não cumprindo em sessenta dias a colocação daquela passarela, ela seria multada em mil reais por dia. Duvido que ela pagou um centavo. Então, eu



acho que as autoridades têm que olhar, principalmente, para a periferia. Para terminar, porque colocaram os quebra-molas lá na porta do Supermercados BH? Porque é rico? Aqueles quebra-molas são um requerimento meu lá no alto, onde morreram várias pessoas, como eu disse na semana passada, o meu amigo Chamberlain morreu lá, aquela travessia que sai lá no Pastinho, perigosíssima. Então, colocou porque? Porque é rico? A passarela, porque é rico? O radar que sumiu lá em Santa Rita, não sei para aonde foi, só pode ter sido para bairro rico. Porque lá é pobre? Então, nós temos que bater nisso aí, tem que ter igualdade de condições. Eu já requeri aí Olho Vivo para uns, sem exagero, uns dez bairros de periferia. Não colocaram um. No centro, todo lugar que você olha tem. Porque? Qual é a diferença? Todos pagamos impostos. Então, a segurança tem que ser total. Lá no Matadouro, um lugar que necessita, principalmente próximo àquela quadra, um lugar onde já morreram umas quatro, cinco pessoas naquele meio ali. Porque não colocar um Olho Vivo lá? Que diferença é essa, sendo que tem, só na última colocação de quebra-molas foram dezesseis? Será que é porque o vereador requer? Que isso, gente? Nós temos que tomar providências sim. Amanhã, eu vou em cima do prefeito e vou lá no Ministério Público saber se essa firma pagou os mil reais por dia. Duvido. Meu requerimento é este”. Aprovado por seis votos. O Senhor Presidente informou: “agradecemos a presença de todos e, sob a proteção de Deus, declaro encerrados os trabalhos. Estava inscrito no Grande Expediente, fica para a próxima vez porque eu já falei muito”.

---